

## **A GALINHA DOS OVOS DE OURO**

**Simon Schwartzman**

**1985**

Haja ou não um Ministério da Ciência e Tecnologia, quem quer que se ocupe desta área deverá enfrentar, logo de início, a questão das prioridades. Por onde começar? Onde colocar recursos? Na informática? Na pesquisa sobre saúde? Na pesquisa agrícola? Nos estudos socioeconômicos?

Nenhuma destas áreas pode se desenvolver adequadamente se antes não for tratada convenientemente a pesquisa universitária, pela simples razão de que esta é, em última análise, a galinha dos ovos de ouro. Com todos os problemas que têm nossas universidades e seus programas de pesquisa, o fato indiscutível é que é nelas que se concentra a grande maioria de pessoas qualificadas nas mais diversas áreas de conhecimento, cujos conhecimentos e talentos são indispensáveis para qualquer programa que se queira desenvolver, seja de tipo educacional, seja de tipo tecnológico.

Este capital de inteligência tem sofrido dois tipos de ataque, contra os quais o futuro governo deverá protegê-lo. O primeiro é o do nivelamento por baixo por parte do nosso sistema de educação superior. A área de pesquisa é uma parcela muito pequena deste sistema, que envolve centenas de milhares de pessoas entre professores, funcionários e alunos que não estão ligadas a ela e nem por ela se interessam. Um dos erros mais sérios da chamada "reforma universitária" dos anos 60 foi pretender que todo o ensino superior do país estivesse ligado à pesquisa. A consequência foi a proliferação da falsa pesquisa, interessada nos financiamentos e prestígio que ela pudesse trazer, mas sem um mínimo de qualidade que a justificasse.

A introdução de mecanismos de controle de qualidade, como os desenvolvidos pela CAPES nos últimos anos, tem por objetivo separar o joio do trigo, reconhecer o mérito de quem o têm, e lhes dar preferência de acesso aos recursos disponíveis. Este esforço de implantação do sistema de mérito foi acusado de autoritário, elitista e discriminatório contra as regiões e universidades mais pobres do país. São argumentos difíceis de enfrentar: quem quer ser elitista e contra os pobres, em uma época de abertura política como esta? O equívoco, naturalmente, está em um sistema que não prevê outros mecanismos de ajuda para outros fins igualmente meritórios, mas que devem ser tratados separadamente da pesquisa: ensino, extensão, aperfeiçoamento de professores, preparação de materiais didáticos, etc.

O primeiro ataque é, pois, ao sistema de mérito; a maneira de enfrentá-lo é não cair na armadilha do falso redistributivismo, e reforçar este sistema tanto quanto possível. Existem várias formas pelas quais isto pode ser feito. Uma delas, por exemplo, seria criar uma carreira de pesquisadores junto à CAPES ou ao CNPq que fosse regida por critérios estritos de qualidade, controlada pela própria comunidade científica e que proporcionasse aos pesquisadores salários, mobilidade e flexibilidade. Os custos não seriam altos, já que o número de pessoas envolvidas seria pequeno (mil? duas mil?), a maioria das atuais já recebendo salários de universidades ou institutos. Um pesquisador que entrasse neste quadro ficaria vinculado à CAPES ou ao CNPq, e colocado à disposição de um departamento universitário ou instituto de pesquisa por períodos fixos. Ele deveria receber salários adequados, dispor de recursos para pesquisa, férias sabáticas, etc, e, principalmente, deveria estar sujeito a perder seus privilégios se sua produção não correspondesse. Este sistema de pesquisadores nacionais poderia estar ligado ao de laboratórios ou centros de pesquisa também nacionais e que funcionassem em associação com universidades, como se faz na França através do CNRS. Havendo decisão política, as fórmulas são muitas.

O segundo ataque sobre a pesquisa universitária 'w aquele que vem na forma de "o país é muito pobre para poder se dar ao luxo de", etc. Segundo esta perspectiva, não podemos desperdiçar dinheiro em pesquisas abstratas que são publicadas no

exterior, quando o país tem tanta pobreza e problemas a resolver. Este ataque vem frequentemente acompanhado por um preconceito anti-intelectual contra o pesquisador universitário, que é descrito como alienado, só preocupado com sua carreira e prestígio pessoais, e pesquisando temas trazidos de fora. É claro que este tipo de personagem existe, mas o que predomina em nossas universidades, como qualquer pessoa que conhece de perto sabe, são pesquisadores profundamente interessados e preocupados com questões importantes para seu país, entre as quais incluem estar ao dia e participar da evolução do conhecimento no mundo em todas as áreas.

Este ataque tem tido dois resultados altamente nocivos. O primeiro é forçar os pesquisadores universitários a fazerem trabalhos "aplicados", mesmo quando a aplicação de eventuais resultados não é feita por razões que escapam completamente ao poder tanto dos pesquisadores quanto dos que os financiam. A segunda é o da proliferação de centros, institutos e programas de pesquisa fora das universidades e, o que é mais grave, sem nenhum mecanismo de acompanhamento e controle de qualidade da comunidade científica. Quem sabe quanto está sendo gasto no Brasil de hoje neste tipo de pesquisa protegida, supostamente aplicada, e impossível de avaliar?

Existe, obviamente, uma diferença profunda entre a pesquisa chamada básica, mais acadêmica, e o que se denomina de desenvolvimento de produto, ou seja, o trabalho necessário para converter um resultado experimental em um produto utilizável pela sociedade. É bastante razoável supor que a universidade deve se preocupar principalmente com a primeira, e institutos e laboratórios ligados à indústria e aos serviços com o segundo. Ambos podem e devem ser continuamente avaliados, a primeira pelos mecanismos clássicos de controle de qualidade científica, o segundo por estudos econômicos de custo-benefício. Nem sempre, no entanto, investimentos tecnológicos a longo prazo podem ser avaliados desta maneira. Por isto, o país teria muito a ganhar se esta profusão de centros, institutos e laboratórios de pesquisa tecnológica que hoje proliferam pelo setor público fosse sendo aos poucos

submetida a processos periódicos de revisão e avaliação externa, com forte participação da comunidade acadêmica.

O que é caro não é a pesquisa de qualidade que se faz nas universidades, mas a pesquisa tecnológica e o desenvolvimento experimental que se faz fora dela. O luxo a que o país não pode se dar não são os poucos recursos necessários para manter e aperfeiçoar seu capital de inteligência, sua galinha de ovos de ouro. O que se deve economizar são eventuais projetos tecnológicos megalomaníacos e mal concebidos, de resultados incertos e custos gigantescos. Assim como não podemos nos dar ao luxo de, em nome da democracia e do antielitismo, amarrar as mãos de nossos melhores pesquisadores e estimular a falsa pesquisa - aquela que parece pesquisa, publica em revistas que parecem científicas, prometem resultados como os das pesquisas científicas, gastam dinheiro como elas - mas não o são.